



# APLICAÇÕES DE TÉCNICAS AVANÇADAS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ORGANIZAÇÃO

Ernesto Friedrich de Lima Amaral

Guilherme Quaresma Gonçalves

Samantha Haussmann Rodarte Faustino

FINO TRACO



trabalh<sup>coleção</sup>&desigualdade

*Aplicações de técnicas avançadas  
de avaliação de políticas públicas*

ORGANIZAÇÃO

Ernesto Friedrich de Lima Amaral

Guilherme Quaresma Gonçalves

Samantha Haussmann Rodarte Faustino

FINO TRACO



EDITORIA

Todos os direitos reservados à Fino Traço Editora Ltda.

© Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Guilherme Quaresma Gonçalves,  
Samantha Haussmann Rodarte Faustino

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido  
por qualquer meio sem a autorização da editora.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seus organizadores e autores  
e não expressam necessariamente a posição da editora.

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação | Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

A652

Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas [recurso eletrônico] / organização Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Guilherme Quaresma Gonçalves, Samantha Haussmann Rodarte Faustino. - 1. ed. - Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2014.

Recurso digital : il. (Trabalho & desigualdade ; 17)

Formato: Epdf

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-8054-215-8

1. Política pública. 2. Política pública - Brasil. 3. Livros eletrônicos. I. Amaral, Ernesto Friedrich De Lima. II. Gonçalves, Guilherme Quaresma. III. Faustino, Samantha Haussmann Rodarte. IV. Série.

14-16703

CDD: 320.9

CDU: 32

## CONSELHO EDITORIAL COLEÇÃO TRABALHO E DESIGUALDADE

Celi Scalon | UFRJ

Jorge Alexandre Neves | UFMG

Magda Neves | PUC-MG

Nelson do Valle Silva | IUPERJ

Sergei Soares | IPEA

Tom Dwyer | UNICAMP

## FINO TRAÇO EDITORA LTDA.

Av. do Contorno, 9317 A | 2º andar | Barro Preto | CEP 30110-063  
Belo Horizonte. MG. Brasil | Telefax: (31) 3212 9444  
finotracoeditora.com.br

- 1 *Utilização de metodologias de avaliação de políticas públicas no Brasil* | Iara Lima Vianna, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 15
- 2 *Avaliação das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família: uma análise com o Censo Demográfico do Brasil de 2010* | Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Guilherme Quaresma Gonçalves 39
- 3 *Políticas de transferências condicionadas de renda e a taxa de distorção idade/série: uma análise do Censo Escolar, 1995, 2002 e 2012* | Samantha Haussmann Rodarte Faustino, Fábio César Araújo Costa 73
- 4 *Estudo sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a formação de professores da educação básica, 2003, 2005 e 2011* | Dandara Bispo Pimenta, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 113
- 5 *A política pública do bônus sociorracial na UFMG: avaliação do acesso pelo vestibular, 2008, 2009 e 2010* | Alan Vítor Coelho Neves, Ernesto Friedrich de Lima Amaral, André Braz Golgher 153
- 6 *Ensino profissionalizante como política de aproveitamento do dividendo demográfico: Minas Gerais, 2011* | Bárbara Avelar Gontijo, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 197
- 7 *Vulnerabilidade no espaço urbano: análise da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2000* | Natália Almeida Fares Menhem, Ernesto Friedrich de Lima Amaral 237
- 8 *Avaliação de políticas habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2010* | Ernesto Friedrich de Lima Amaral, Magna Maria Inácio, Fabrícia de Almeida Costa 283

- 9 *Análise de pacientes com condições crônicas e a ocorrência de internações hospitalares no Brasil e Minas Gerais, 1998, 2003, 2008 e 2011* | Pedro Cisalpino Pinheiro 317
  - 10 *Correlação entre o recebimento de auxílios e o rendimento de trabalhadores no Brasil, 2001–2011* | Samantha Hausmann Rodarte Faustino, Guilherme Andrade Silveira, Isabella Rafael Horta Londe 359
  - 11 *Posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar (1976–2005): algo mudou com o Pronaf?* | Jorge Alexandre Barbosa Neves, Florence Fiuza de Carvalho, Daniete Fernandes Rocha 405
  - 12 *O impacto do Parlamento Jovem sobre a confiança dos jovens mineiros, 2008* | Guilherme Quaresma Gonçalves, Gabriel Ávila Casalecchi, Mario Fuks 433
- Sobre os organizadores e autores* 463

## *Prefácio*

A avaliação de impactos de políticas públicas não é uma atividade trivial. Precisamos utilizar técnicas apropriadas para buscar uma análise que permita a verificação dos efeitos de políticas sociais. O problema fundamental da avaliação de impacto é que a unidade de observação (indivíduo, domicílio, município ou país, por exemplo) não é observada simultaneamente em dois estados. Uma mesma unidade não pode fazer parte do grupo de tratamento e controle ao mesmo tempo (o verdadeiro contrafactual não existe). Precisamos, então, buscar unidades para os dois grupos que sejam o mais semelhantes entre si. Porém, as unidades que fazem parte do grupo de tratamento podem ter passado por algum processo seletivo ou autosseleção. Esta seleção diminui a semelhança entre o grupo de tratamento (beneficiários) e o grupo de controle (não beneficiários).

Quanto aos modelos para avaliação de impactos, os métodos de estimação de impacto dependem do desenho da avaliação. Em desenhos experimentais, há uma atribuição aleatória da oportunidade de participar em programas sociais. Nesse caso, há a seleção aleatória de regiões e indivíduos beneficiários da política e daqueles que serão o controle. A única diferença entre grupos de tratamento e controle é o ingresso no programa. Há uma avaliação sistemática e uma mensuração dos resultados em distintos momentos da implementação do programa. Se a seleção é aleatória, pode-se dispensar a avaliação anterior à política para ambos os grupos. Por sua vez, em desenhos quase-experimentais, o controle é construído com base na propensão do indivíduo de ingressar no programa. Busca-se obter o grupo de comparação que corresponda ao grupo de beneficiários, com base em certas características (sociais, demográficas, econômicas...). Há então a estimação da probabilidade de um indivíduo de participar do programa.

O grupo de controle é emparelhado ao grupo de tratamento, buscando comparar grupos em que a única diferença seja o recebimento da política. Isso pode ser realizado com modelos de regressão multivariadas ou com técnicas de escore de propensão, por exemplo. Os efeitos são estimados ao comparar grupos de tratamento e controle, antes e depois do programa. Por fim, em desenhos não experimentais, há ausência de grupo de controle e/ou de análises temporais, o que torna mais difícil isolar causas que geram impactos na variável de interesse. Pode ser realizada análise reflexiva para estimar efeitos dos programas com a comparação de resultados obtidos pelos beneficiários antes e depois do programa. É possível ainda utilizar dados secundários para construir grupos de controle que possam ser comparados aos dados primários de grupos de tratamento.

Nesse caso, é preciso esclarecer que o “pseudogrupo de controle” pode não se referir às mesmas unidades geográficas do grupo de tratamento, já que dados secundários geralmente são adquiridos de agregações geográficas maiores.

Em geral, assim como em outras atividades das Ciências Humanas, não possuímos experimentos controlados. Por isso, precisamos deixar claras as limitações de nossas análises. Muitos estudos que visam realizar avaliação de impactos de políticas usam métodos inapropriados para inferir sobre a causalidade entre dois eventos. Há confusão entre o que é uma associação (correlação) entre variáveis e o que pode ser inferido como uma relação causal. É claro que análises descritivas apresentadas na forma de correlações entre variáveis possuem o seu valor. Porém, há um risco de realizar análises, mesmo que por meio de regressões ou outros métodos estatísticos, sem explicar os limites das análises, quanto à estimação e interpretação de causalidades. Os pesquisadores, muitas vezes, examinam suas regressões pensando na causalidade entre eventos, sem especular sobre os mecanismos e problemas implícitos nesta análise, tais como: relações espúrias, efeitos de variáveis não observadas ou omitidas, problemas de causalidade reversa, problemas de autosseleção, valores extremos (“outliers”), valores em branco (“missing”) e amostras não probabilísticas.



Sabemos que é difícil possuir dados que permitam estimar modelos que levem em consideração diferentes direções de impactos diretos e indiretos entre as variáveis (modelos de equações estruturais). Também não é comum possuir dados que permitam mensurar diferentes níveis de impactos das variáveis (individuais, domiciliares, escolares e municipais, por exemplo), o que possibilitaria a estimação de modelos hierárquicos. Apesar dessas limitações, muito pode ser realizado com diferentes técnicas estatísticas na avaliação de efeitos e impactos de políticas públicas, mesmo com modelos de análises quase-experimentais e não experimentais.

Este livro busca apresentar os resultados de trabalhos ligados à aplicação de diferentes técnicas quantitativas na avaliação de políticas públicas. O intuito é de que estas análises possam ser utilizadas didaticamente em cursos de graduação e pós-graduação no Brasil que tenham o intuito de apresentar exemplos de análises empíricas a alunos de cursos em Ciências Sociais Aplicadas. A especificidade das análises aqui realizadas é que são acessíveis a um público menos preocupado em formulações matemáticas e mais interessado em entender aplicações estatísticas a problemas do mundo social.

Os capítulos deste livro são provenientes de pesquisas realizadas durante atividades de ensino e orientação no Departamento de Ciência Política (DCP) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de 29 de junho de 2009 a 1º de agosto de 2014. Na graduação em Gestão Pública, ministrei os cursos de Metodologia (2010/1, 2010/2, 2011/1, 2012/1 e 2014/1), Avaliação de Políticas Públicas (2011/1, 2011/2, 2012/1, 2012/2, 2013/1, 2013/2 e 2014/1) e Técnicas Avançadas de Avaliação de Políticas Públicas (2013/1). Na graduação em Ciências Sociais, ministrei o curso de Métodos Quantitativos de Avaliação de Políticas Públicas (2010/1). Na pós-graduação em Ciência Política, ministrei a disciplina de Metodologia de Pesquisa (2010/2, 2011/2, 2012/2 e 2013/2) e Problema de Desenho e Análise Empírica (2010/2). No Curso Intensivo de Metodologia Quantitativa em Ciências Humanas, ministrei a disciplina de Análise de Regressão Linear (2011, 2012 e 2013). De 2010 a 2013, também tive a oportunidade de orientar graduandos em Gestão Pública e Ciências Sociais, além de mestrandos em Ciência Política.

Os dez primeiros capítulos do livro são originários de orientações que realizei no departamento. Os dois capítulos finais são provenientes de meus ex-alunos e de colegas da faculdade. Todos os capítulos foram padronizados de forma que tivessem entre 9.000 e 11.000 palavras. Além disso, os estudos apresentam as seções de resumo, palavras-chave, introdução, contextualização, estratégia de pesquisa, resultados, considerações finais e referências bibliográficas. Com isto, buscou-se fazer com que o livro tivesse uma leitura dinâmica, além de se assemelhar com o formato de revistas científicas da área de Ciências Sociais Aplicadas.

O primeiro capítulo é fruto da monografia de graduação em Ciências Sociais de Iara Lima Vianna de 2010 e faz uma discussão bibliográfica da utilização de metodologias de avaliação de políticas públicas no Brasil. Há a ênfase de que estudos de avaliação de políticas públicas são raros no país, sendo necessário aumentar análises com técnicas quantitativas, com avaliação participativa e com preocupações de sustentabilidade.

O segundo capítulo faz uma avaliação de impacto do Programa Bolsa Família (PBF) na frequência escolar de crianças entre 7 e 14 anos com base no Censo Demográfico de 2010. Esse estudo busca averiguar se as condicionalidades de educação deste programa estão surtindo efeito entre os beneficiários. A análise foi realizada em coautoria com meu orientando de mestrado em Ciência Política, Guilherme Quaresma Gonçalves. Foram estimados modelos logísticos com a opção de conglomerados (“cluster”).

O terceiro capítulo apresenta uma análise da redução da taxa de distorção idade/série no país, com base em dados do Censo Escolar. Modelos de mínimos quadrados ordinários foram estimados com a opção de efeitos fixos. O intuito é de apurar se tal redução coincidiu com o período de implementação de políticas de transferência de renda condicionadas à educação. Este trabalho é a base da monografia de graduação em Gestão Pública de Samantha Haussmann Rodarte Faustino de 2013 e foi realizado com auxílio de outro aluno do mesmo curso, Fábio César Araújo Costa.

O estudo de Dandara Bispo Pimenta também foi realizado para servir de monografia do curso de Gestão Pública em 2013. Este quarto capítulo investiga com modelos logísticos se professores da educação básica do país

passaram a ter mais chances de possuir ensino superior completo, após a implementação de cursos a distância e semipresenciais, como é o caso do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O estudo sobre a política pública do bônus sociorracial, implementado por alguns anos no concurso vestibular da UFMG, serviu de base para a monografia de Ciências Sociais de Alan Vítor Coelho Neves de 2011. Este quinto capítulo averigua quais características dos estudantes estão associadas ao recebimento desta política, com a estimação de modelos logísticos multinomiais. Também é analisado o impacto desta política na nota dos alunos no vestibular com modelos de mínimos quadrados ordinários. O professor André Braz Golgher do Departamento de Ciências Econômicas fez parte da banca de defesa desta monografia e contribuiu para o aperfeiçoamento desse estudo.

O sexto capítulo é fruto da monografia de graduação em Ciências Sociais de Bárbara Avelar Gontijo de 2011. Esse estudo busca avaliar qual o impacto de cursos de ensino profissionalizante no rendimento e na chance de estar empregado dos indivíduos, com base em dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais. Com estes objetivos, foram estimados modelos de mínimos quadrados ordinários para prever os rendimentos dos trabalhadores, além de modelos logísticos para estimar a chance dos indivíduos estarem empregados.

O trabalho de Natália Almeida Fares Menhem foi realizado em 2010 e fez parte de sua monografia de graduação em Ciências Sociais. Os dados do Censo Demográfico de 2000 foram explorados com estatísticas descritivas e análises espaciais para entender o comportamento de diferentes indicadores de vulnerabilidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O oitavo capítulo é fruto de uma pesquisa realizada em 2010, em conjunto com a professora Magna Maria Inácio do Departamento de Ciência Política e com a assistente de pesquisa Fabrícia de Almeida Costa que era graduanda em Ciências Sociais. Esse estudo aplicou questionários domiciliares em amostras probabilísticas de bairros da Região Metropolitana de Belo Horizonte que receberiam ou estavam recebendo benefícios de políticas habitacionais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para essa coleta e análise de dados primários, foi realizado um plano amostral e consequente investigação descritiva dos dados.

O capítulo nove é resultado da monografia de Pedro Cisalpino Pinheiro de 2013 e investiga quais os determinantes da ocorrência de internações hospitalares. Há uma ênfase na análise do impacto das condições crônicas de saúde, com a estimação de modelos de regressão logísticos. Foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa por Amostra de Domicílios de Minas Gerais (PAD-MG).

O décimo capítulo surgiu de trabalho da disciplina de Avaliação de Políticas Públicas da graduação em Gestão Pública, ocorrida no primeiro semestre de 2013. Selecionei dois alunos dessa disciplina (Guilherme Andrade Silveira e Isabella Rafael Horta Londe) com base em suas notas no semestre e em uma prova realizada com esse propósito específico. A também graduanda em Gestão Pública, Samantha Haussmann Rodarte Faustino, foi monitora dessa disciplina e é uma das autoras deste trabalho. A ideia foi elaborar modelos de mínimos quadrados ordinários com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para estimar a correlação do recebimento de diferentes benefícios (auxílio para moradia, auxílio para alimentação, auxílio para transporte, auxílio para educação/ creche e auxílio para saúde) no rendimento de trabalhadores.

O capítulo onze sobre avaliação do Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi realizado pelo Professor Jorge Alexandre Barbosa Neves do Departamento de Sociologia, pela empreendedora pública Florence Fiuza de Carvalho e pela Professora Daniete Fernandes Rocha. Nesse estudo foram estimados modelos de mínimos quadrados ordinários com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e de Censos Demográficos.

O décimo segundo capítulo investiga como a política pública do Parlamento Jovem, implementada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), apresentou impacto na confiança dos jovens em instituições políticas. Este trabalho serviu de base para a monografia de graduação em Gestão Pública de Guilherme Quaresma Gonçalves de 2012, sob orientação do Professor Mario Fuks do Departamento de Ciência Política.

A investigação também contou com auxílio do doutorando em Ciência Política Gabriel Ávila Casalecchi. Foram estimados modelos de regressão ordinais com a opção de conglomerado (“cluster”) para analisar dados primários coletados de jovens que participaram e que não participaram da política da ALMG.

Ernesto Friedrich de Lima Amaral

***Posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar (1976–2005): algo mudou com o Pronaf?***

Jorge Alexandre Barbosa Neves  
Florence Fiuza de Carvalho  
Daniete Fernandes Rocha

**Resumo:** O presente artigo divide-se em duas partes principais. Na primeira, é feita uma discussão sobre os aspectos teóricos referentes à estrutura de estratificação social na agropecuária brasileira. Na segunda, é feita uma análise sobre a posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar e se essa posição foi de alguma forma afetada pela criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Para tanto, foram utilizadas as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 1976 a 2005 e os Censos Demográficos. A análise dos dados é feita a partir de estimações de funções de Regressão de Mínimos Quadrados Ordinários, que permitem testar quebras estruturais que poderiam indicar mudanças na tendência referente à posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar. Ao final, observa-se que a tendência de queda da posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar tendeu a se acentuar após a criação do Pronaf.

**Palavras-chaves:** Agricultura familiar. Rendimento do trabalho. Desigualdade. Quebras estruturais. Teste de Chow.

## ***1. Introdução***

O presente artigo divide-se em duas partes principais. Na primeira, é feita uma discussão sobre os aspectos teóricos referentes à estrutura de estratificação social na agropecuária brasileira. Na segunda, é feita uma análise sobre a posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar e se essa posição foi de alguma forma afetada pela criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Para tanto, foram utilizadas as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) e os Censos Demográficos de 1976 a 2005. A análise dos dados é feita a partir de estimações de funções de Regressão de Mínimos Quadrados Ordinários, as quais permitem testar quebras estruturais que poderiam indicar mudanças na tendência referente à posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar.

## ***2. Contextualização***

### **2.1. Estratificação social rural**

Os estudos sobre estratificação social e desigualdade de renda recorrem, de uma maneira geral, a dois campos teóricos: o primeiro define a determinação de renda sob uma perspectiva individualista, de inspiração na economia neoclássica e na sociologia funcionalista, enquanto o segundo define as versões estruturalistas, que enfatizam a relevância dos constrangimentos de ordem socioeconômica. A abordagem individualista propõe que a variação na desigualdade decorre de diferenças nos atributos individuais (educação, *status* ocupacional, treinamento, idade, experiência etc.), enquanto que, para os estruturalistas, variáveis estruturais (classes sociais e segmentação econômica) interferem nessa relação (Neves : 2005). Essas abordagens serão analisadas a seguir.

## 2.2. A abordagem individualista: a tese da modernização

No campo teórico individualista, encontra-se, primeiramente, a teoria funcionalista<sup>1</sup> americana, desenvolvida a partir de uma interpretação bastante peculiar da teoria weberiana. Essa abordagem teórica – e suas derivações, as chamadas teorias da modernização e do industrialismo (Treiman, 1970) – enfatiza, como uma das principais características da sociedade moderna, a valorização do *achievement* (realização individual) para a inserção na estrutura de estratificação, em detrimento da condição de *ascription* (características socioeconômicas herdadas), que seria típica das sociedades tradicionais. Em particular, a chamada teoria da modernização enfatiza a passagem de uma estrutura social baseada em papéis atribuídos (*ascriptive roles*) para outra baseada em papéis adquiridos (*achievement roles*). Ou seja, trata-se da mudança da determinação da posição hierárquica dos indivíduos por fatores de herança social (especialmente a família e seus relacionamentos) para um tipo de estrutura social que é preponderantemente definida por papéis desempenhados tendo como referência o mérito individual (representado por inteligência, educação, motivação, aspiração e esforço do indivíduo).

Nessa perspectiva, para os funcionalistas, a democracia de massas privilegia o esforço próprio e o mérito, e, sendo assim, a educação formal cumpre um papel central no sentido de possibilitar a redução de diferenças sociais na sociedade moderna. Ou seja, para os funcionalistas, a cultura da profissionalização e da *expertise* não apenas se torna predominante nas organizações burocráticas das sociedades modernas, mas, também, determinante para a estrutura de estratificação social, sendo alimentada pelo sistema educacional. A ênfase conferida pela teoria aos papéis da industrialização e do caráter meritocrático da estrutura social como fatores de redução da desigualdade social, nas sociedades modernizadas, ganha respaldo na teoria do capital humano, com destaque para a questão educacional e a formação profissional. Portanto, para os funcionalistas, tanto nas sociedades socialistas quanto nas capitalistas, a educação teria se tornado o fator preponderante do sistema

---

1. Reconhece-se aqui que o funcionalismo é frequentemente identificado como uma abordagem mais estrutural do que individual. Todavia, no que diz respeito à análise da estratificação social, os funcionalistas se baseiam em variáveis individuais, o que justifica sua classificação nessa abordagem.



geral de estratificação. Dessa forma, dentro da teoria funcionalista, o nível de escolaridade conferido pela educação formal e o status ocupacional que passa a ser-lhe associado se tornam variáveis-chave no sistema de determinação das desigualdades econômicas.

Outro importante aspecto da abordagem individualista da estratificação social diz respeito à questão da mensuração. Na Sociologia contemporânea, a abordagem funcionalista baseou suas mensurações da estrutura de estratificação social no status ocupacional. Essa mensuração pode ser feita de duas formas: a) a partir do prestígio ocupacional ou; b) mediante o nível socioeconômico das ocupações. A segunda forma tem predominado no Brasil e toma como base o nível médio de escolaridade requerido pela ocupação e o nível médio de renda propiciado por ela (Pastore e Silva, 2000). Essa forma de mensuração se baseia em aspectos fundamentalmente técnicos da determinação da estrutura de estratificação social (Neves e Fernandes, 2000). Portanto, outras dimensões sociologicamente relevantes para o entendimento da estrutura de estratificação social – em particular, referentes a atributos organizacionais e de poder político – são negligenciadas pela abordagem individualista.

### **2.3. A perspectiva estruturalista**

Como bem argumenta Neves (2005), em última instância, nenhuma teoria da estratificação ou da desigualdade é totalmente individualista. A própria teoria do capital humano – uma importante representante do que se está aqui chamando de abordagem individualista, pois oriunda da teoria econômica neoclássica – abre espaço para a consideração de algum grau de influência estrutural ou societária sobre a desigualdade. Para Mincer (1974), por exemplo, existem dois determinantes principais da desigualdade de renda: o primeiro diz respeito às diferenças no capital humano acumulado, medido por quesitos como extensão da escolaridade, qualidade da educação, treinamento, experiência e investimento em saúde e nutrição. O segundo determinante está ligado a diferenças nas taxas de retorno do investimento em capital humano. Para Neves (2005), enquanto o primeiro determinante está claramente associado a atributos individuais, o segundo pode não ser

necessariamente atribuído a escolhas ou desejos dos indivíduos. Ou seja, muito da pesquisa sobre a determinação e a desigualdade de renda tem-se concentrado em diferenças nas taxas de retorno para o capital humano.

Da mesma forma que entre os economistas neoclássicos, entre os sociólogos funcionalistas observa-se o reconhecimento do papel de fatores estruturais na determinação da estratificação social. Treiman (1970), por exemplo, dentro do quadro teórico individualista, sustenta que o nível de desenvolvimento influencia os efeitos do nível ocupacional dos pais sobre a educação dos filhos. Para Neves (2005), o próprio fato de incluir o nível de desenvolvimento (ou de industrialização) como fator relevante para a compreensão da estratificação social da desigualdade de renda torna a vertente individualista da teoria do capital humano e da Sociologia funcionalista aberta a questões de ordem estrutural. Da mesma forma, ao trabalhar com o conceito de status ocupacional a Sociologia funcionalista está lidando com uma categoria que é, em última instância, estrutural, pois ocupações dizem respeito a posições estruturalmente conectadas às relações sociais de produção.

Todavia, o que se está chamando aqui de abordagem estruturalista diz respeito a algo mais específico. Os estruturalistas vão além da consideração de possíveis e significativas influências de variáveis estruturais sobre a estratificação social e a desigualdade de renda. Dentro desse campo teórico o ponto central diz respeito à questão dos atributos organizacionais e de poder político associados às ocupações, o que as incluem em grupos mais amplos (classes sociais e segmentos de mercado de trabalho). A teoria sociológica de classe (Wright e Perrone, 1977 e Wright, 1979 e 1985)<sup>2</sup> identifica que atributos organizacionais (autoridade burocrática) e de qualificação (em particular, educação formal) são os principais determinantes das posições de classe dos indivíduos, o que indica, em última instância, o nível de poder dos mesmos. Da mesma forma, a chamada Teoria da Segmentação do Mercado de Trabalho (Reid e Rubin, 2003), ou Teoria do Dualismo Econômico (Tigges, 1988), também identifica mecanismos estruturais na determinação da desigualdade. Para essa abordagem, os indivíduos se agregam em setores econômicos, ou

---

2. Para uma aplicação da teoria de classes de Wright ao caso brasileiro, ver Santos (2002). Outra importante aplicação da análise de classes para o caso brasileiro – porém com uma fundamentação teórica distinta – é apresentada por Costa Ribeiro (2003).

segmentos do mercado de trabalho, e essa agregação forma as principais categorias da estrutura de estratificação de uma sociedade.

Neves (2005) demonstrou que a combinação entre categorias teóricas da análise de classe e a abordagem de segmentação do mercado de trabalho pode ser bastante poderosa para o entendimento da estrutura de estratificação social no Brasil, em particular do setor agropecuário. Fernandes, Neves e Helal (2007), por sua vez, discutem sobre como a estrutura de estratificação social se transforma com o processo de modernização econômica. Embora haja poucas evidências a favor da chamada Hipótese Meritocrática (Treiman, 1970) da abordagem funcionalista, a de que os efeitos das variáveis referentes à origem socioeconômica dos indivíduos perdem importância relativa no processo de estratificação social em decorrência da modernização, há fortes evidências de que o processo de modernização tem fortes impactos sobre a estrutura de estratificação, ao reduzir a participação relativa de certos grupos ocupacionais (ou classes sociais) e fomentar o crescimento da participação de outros.

Se, em termos macrossociais, o processo de modernização está associado à industrialização, em termos microssociais, ele está ligado à burocratização. É com a burocratização das organizações produtivas que a estrutura de classes tende a se transformar. Em particular, a burocratização fomenta as ocupações técnicas e gerenciais, o que leva à formação de uma importante classe técnico-burocrática. Embora essa nova classe apresente importantes diferenças internas, ela tem uma relativa coesão, resultante de valores compartilhados e de certa homogeneidade de atributos organizacionais. Quanto às distinções internas, Perrow (1979) ressalta a diferenciação entre a “autoridade administrativa” e a “autoridade técnica”. A primeira tem como fundamento a capacidade de controle sobre os subalternos, ao passo que a segunda tem sua base calcada no conhecimento técnico especializado (a *expertise*). O segmento gerencial da classe técnico-burocrática, portanto, usufrui o exercício do primeiro tipo de autoridade, ao passo que o segmento técnico usufrui o segundo tipo de autoridade. Quanto aos fundamentos da relativa coesão intraclasse, também Perrow (1979) nos lembra de que gerentes e administradores geralmente compartilham uma cultura profissional, pois, de modo geral, eles também passaram por um processo de formação educacional de

natureza semelhante à dos tecnocratas, o que pode ser observado pelo fato de que gerentes e administradores geralmente possuem algum tipo de diploma universitário (Dimaggio e Powell, 1983). Além disso, é importante ressaltar que, no caso da agropecuária, tecnocratas (técnicos agrícolas, agrônomos zootecnistas, engenheiros etc.) dificilmente desempenham suas atividades sem o exercício de algum tipo de autoridade administrativa, visto que, de modo geral, têm de coordenar o trabalho de subalternos, o que aproxima ainda mais estes dois segmentos de classe: administrativo e tecnocrático.

Obviamente, a expansão da classe técnico-gerencial é, portanto, vista como um indicador do processo de modernização. Da mesma forma, também o é a expansão de uma classe de trabalhadores operacionais relativamente qualificados.

#### 2.4. Estratificação social na agropecuária

O caso da estratificação social rural é exemplar da discussão iniciada acima, porém revela também a importância da ação do Estado. Muitos autores que tratam dessa problemática enfatizam a importância da participação do Estado na configuração da estrutura social presente na agropecuária moderna. Abramovay (1992) sustenta que o Estado foi determinante na moldagem da estrutura social do capitalismo agrário nos países capitalistas avançados. Ao analisar a importância do Estado e de suas políticas públicas na emergência dessa estrutura na Comunidade Econômica Europeia, sobretudo no que se refere à constituição do segmento de agricultura de base familiar, o autor constata que a Dinamarca teve um papel precursor “naquilo que Servolin (1989) não hesita em chamar de *invenção* da agricultura individual contemporânea” (Abramovay, 1992:193), podendo ser vista, também, como uma síntese da organização dos mercados, em geral, na agricultura contemporânea. Ele destaca que os agricultores dinamarqueses puderam enfrentar os desafios da concorrência internacional, ainda no século XIX, graças à sua forma coordenada de atuação, o que exigia que os negócios, especialmente os de exportação, não fossem dependentes da iniciativa dos produtores individuais. As relações comerciais passaram a ser assumidas por organismos de Estado, aos quais competia o crédito cooperativo, o controle e a regulação da oferta

e a assistência técnica e operacional. Como é destacado pelo autor, tanto nos países com tradições camponesas, como os países europeus, quanto em nações de colonização recente, como é o caso dos Estados Unidos e do Canadá, o setor agrícola passou por transformações que tiveram como base comum critérios públicos de recursos produtivos. Nesses casos, o Estado atuou não apenas como Estado previdenciário, contemplando problemas sociais do desenvolvimento agrícola. O mais importante é que, além de administrar o êxodo rural e a ocupação do território e cuidar da formação profissional, o Estado passa a ser responsável pela própria formação da renda do setor.

Abramovay (1992) enfatiza os problemas classificatórios da diferenciação social dos produtores na agropecuária. Mesmo sem se levar em conta fenômenos como o trabalho de tempo parcial, o setor agropecuário apresenta especificidades ligadas à questão dos processos naturais que integram a produção, o que exige uma atenção diferenciada para esse segmento. A preocupação teórica do autor recai, sobretudo, sobre o problema classificatório do agricultor familiar, o qual, na agricultura moderna, não pode ser confundido com o camponês (ou com o seu resquício). É por essa razão que Abramovay (1992) propõe que, no estudo desse tema, se renuncie ao peso da abordagem leninista de diferenciação social no campo no sentido da universalização do trabalho assalariado. Para o autor, os critérios de classificação deveriam incluir não apenas a existência, ou não, do pagamento de salários, como, ainda, “a propriedade da terra, as formas de gestão do estabelecimento, as diferentes situações demográficas, os elementos tecnológicos etc.” (Abramovay, 1992:140).

Esse autor enfatiza o fato de que é sobre a base do empreendimento familiar que, não apenas a Europa, mas, também, os Estados Unidos, o Canadá e os demais países de capitalismo avançado (bem como boa parte do sul do Brasil e de São Paulo) expandiram sua agricultura, especialmente no período posterior à Segunda Guerra Mundial. O termo “familiar”, aqui, não é necessariamente sinônimo de precariedade ou de baixo desenvolvimento tecnológico, o que mostra que o conceito não se equipara ao de “pequena produção”. Embora uma parcela cada vez menor da população esteja dedicada às atividades agropecuárias, e ainda que se verifique uma concentração da produção em uma quantidade menor de unidades produtivas, a existência

de um segmento importante de produtores de base familiar na agricultura moderna (Wells, 1984; Collins, 1993) contradiz a tendência de um processo inexorável de proletarização no campo, como previam os estudos com base em uma análise marxista mais ortodoxa da questão agrária (Silva, 1989).

Nessa linha de investigação, Radoje Nikolitch (*apud* Abramovay, 1992:142), analisando a agricultura americana, adota a seguinte classificação: “as unidades familiares de produção são as que contam com apenas a força de trabalho familiar ou que utilizam uma mão de obra assalariada que não ultrapassa o montante da própria família”. As unidades produtivas ultrafamiliares são aquelas nas quais a família não desempenha qualquer atividade diretamente ligada aos processos produtivos, ou, quando o faz, trata-se de uma proporção menor do que a exercida pelos trabalhadores contratados. Esta é uma classificação básica da diferenciação social no setor agrícola, os agricultores de base familiar e a agricultura patronal, essa última incluindo trabalhadores assalariados em um montante relevante.

Essa diferenciação social básica na atividade agrícola permite a construção de uma classificação mais abrangente, que engloba os vários estratos sociais desse setor. Neves (2005:434) estabelece uma classificação que incorpora cinco classes sociais básicas, a saber: (1) Proprietários empregadores de empreendimentos agropecuários maiores, chamados *Grandes Produtores*; (2) Administradores (ou gerentes) e técnicos dessas empresas, chamados de *Administradores e Tecnoctatas*; (3) Proprietários ou parceiros/arrendatários de empreendimentos agropecuários de porte familiar, chamados *Produtores Familiares*; (4) Trabalhadores de empreendimentos agropecuários protegidos pela lei Brasileira de seguridade do trabalho, chamados *Trabalhadores Formais*; e (5) Trabalhadores de empreendimentos agropecuários que não estão sob a proteção da seguridade do trabalho, chamados *Trabalhadores Informais*.

Os grandes produtores executam a atividade agropecuária tipicamente patronal, nas unidades produtivas ultrafamiliares de que fala Nikolitch. Como é ressaltado por Abramovay (1992:143) o que Nikolitch tem em vista não é a clássica divisão entre grande e pequena produção, mas a natureza patronal da atividade produtiva. Dentro desse segmento encontram-se as *corporações*, que na agricultura americana têm um grande peso econômico, embora, como sustenta Abramovay (1992), a ideia de uma agricultura dominada

por esses gigantescos estabelecimentos esteja longe da realidade. Por outro lado, argumenta esse autor, o sucesso econômico desses empreendimentos contou com a ajuda de obras e subsídios públicos, como mostra o estudo de Dorel (1985, *apud* Abramovay, 1992:159; 239) sobre as grandes fazendas americanas na “lua crescente periférica” entre a Flórida e a costa noroeste dos Estados Unidos. É inegável a importância do segmento patronal na agricultura contemporânea, empregando assalariados permanentes e temporários. Os dados da agricultura americana, europeia e de outros países, inclusive o Brasil, mostram, porém, que a tese da bipolarização social na estrutura agrária, nos moldes de alguns subsetores industriais, não se concretiza.

O segundo estrato social apontado anteriormente, o dos administradores e tecnocratas, refere-se ao pessoal que administra os grandes empreendimentos patronais ou desenvolve as atividades tecnicamente mais complexas (são eles técnicos agrícolas, administradores, gerentes, supervisores, agrônomos, engenheiros, veterinários, zootecnistas etc.). Nesse caso, como não se trata de unidades familiares, o modelo administrativo aproxima-se do tipo industrial (levando-se em conta, porém, que as especificidades da atividade agrícola, ligadas aos ciclos naturais, desafiam os administradores e tecnocratas com problemas que, em geral, não estão postos para a indústria manufatureira ou outros setores econômicos). Goodman, Sorj e Wilkinson (1987) argumentam que a administração das fazendas foi transformada qualitativamente pelos avanços dos insumos mecânicos e químicos e que essa mudança provavelmente se aprofundaria com o desenvolvimento da biotecnologia moderna, o que de fato ocorreu.

Os três últimos estratos sociais estão no centro de uma importante discussão teórica em torno do problema da proletarianização (Neves, 2005) e da polarização de classes sociais na agropecuária. Como foi exaustivamente discutido por Abramovay (1992), a estrutura social agrária surgida no contexto da modernização requer categorias de análise que ultrapassem o paradigma do “desenvolvimento capitalista”. Isso significa que, do ponto de vista teórico, a abordagem das relações de produção, que se encontra no centro da discussão marxista, é claramente insuficiente para explicar essa estrutura. O que está no âmago da questão é a constatação empírica, nos países capitalistas avançados e, mesmo, em partes de países em desenvolvimento,

como é o caso do Brasil, da existência de estabelecimentos agropecuários que são capazes de absorver a inovação tecnológica, de adotar estratégias empresariais e de responder a estímulos de mercado, ostentando, contudo, um caráter familiar da propriedade, da gestão, organização e execução do trabalho em seu interior.

O problema desse aparente paradoxo relaciona-se à dificuldade de tratamento teórico da estrutura social da agropecuária moderna, tal como foi constituída, particularmente no que diz respeito à classificação dos estabelecimentos de base familiar. Sorj (1980), por exemplo, entende que estudos sobre a questão agrária no Brasil situaram-se em um dos campos mais marcados pela distância em relação à realidade empírica e ao debate contemporâneo sobre o tema. A discussão acerca do segmento da agricultura familiar foi, classicamente, referida aos conceitos de “camponeses” e de “pequena produção” e à problemática do avanço do capitalismo no campo, com suas características básicas de predomínio das relações de produção baseadas no assalariamento.

O debate sobre a estrutura social no campo, a partir do avanço do capitalismo, teve como matriz os trabalhos clássicos de Lênin e Kautsky (1969 e 1970, *apud* Abramovay, 1992). Na verdade, a visão leninista, que iria influenciar, inclusive, Kautsky, veio a predominar nas discussões sobre a questão agrária, em geral. Goodman, Sorj e Wilkinson (1990) argumentam que o predomínio da contribuição leninista para esse debate decorreu de fatores de ordem política (o impacto da Revolução Russa, o prejuízo dos debates europeus, provocado pelo fascismo e os desdobramentos dos movimentos camponeses que emergiram no “Terceiro Mundo” após 1945) e da natureza dogmática da literatura russa sobre o tema.

O ponto de vista de Lênin sobre a estrutura social agrária assenta-se sobre o modelo de constituição da forma típica de estruturação do processo produtivo no setor industrial. A concepção de Lênin daquela questão não inclui a perspectiva de uma especificidade que é inerente aos processos produtivos agrícolas: a forma como a natureza entra nesses processos. Em função dessa lacuna, a abordagem de Lênin estabelece que certas “relações sociais de produção” típicas do desenvolvimento capitalista vão se reproduzir no contexto rural. Ou seja, a expectativa é de uma “penetração capitalista



no campo” e do estabelecimento de um mercado de trabalho agrícola, com a constituição de um proletariado rural.

O debate criado em torno das ideias de Lênin tem como pressuposto a existência da categoria social do camponês, sua incompatibilidade com o modelo produtivo capitalista e a tendência à sua substituição pela categoria do trabalhador assalariado. A consequência dessa perspectiva teórica é a visão de uma diferenciação no campo em termos do estabelecimento de classes sociais antagônicas. Essa ideia, ainda que formulada sob a forma de “tendência”, acabou por prevalecer no chamado debate clássico sobre a realidade agrária, obscurecendo a pesquisa em relação aos estratos sociais que, de fato, compõem a estrutura social rural nas sociedades que passaram pelo processo de modernização de seus processos produtivos agrícolas. O ponto crucial dessa problemática é o enquadramento teórico do camponês e dos estratos de produtores agrícolas familiares que emergiram nesse processo. O esclarecimento conceitual dessas categorias sociais é fundamental para a análise da estrutura social rural que se estabeleceu especialmente após a Segunda Guerra Mundial (perdurando, não obstante as mudanças ocorridas, até os dias de hoje) e que engloba não apenas a agricultura patronal e o segmento de trabalhadores assalariados como, também, um importante estrato de produtores de base familiar.

É importante salientar que, em torno do problema da estrutura social agrária, o debate alemão foi muito mais rico do que o pensamento russo, conforme Goodman, Sorj e Wilkinson (1987). Esses autores identificam, no debate alemão, uma importante contribuição: a ideia de que o camponês, muitas vezes, podia adaptar-se aos requisitos da modernização, ao invés de ser visto como uma vítima da diferenciação social rural. Ou seja, o debate alemão vislumbrava um aspecto importante da abordagem da estrutura social rural, a emergência de um tipo de agricultor familiar em moldes modernos, com características muito distintas de um camponês, como é o caso da fazenda leiteira familiar integrada à agroindústria descrita por Kautsky (1974, *apud* Goodman, Sorj e Wilkinson, 1987). Esse debate foi, porém, esterilizado, como constatam os autores, por um lado, pela defesa da ortodoxia marxista do próprio Kautsky, e, por outro lado, pelo fato de

que as análises desse autor, que contribuíam para a riqueza do debate, foram contidas pela sua adesão à ortodoxia leninista.

Por um lado, a ideia de que o desenvolvimento do sistema produtivo capitalista é incompatível com a continuidade da categoria camponesa é facilmente perceptível empiricamente, mas essa é uma questão que exige o esclarecimento conceitual do que seja “camponês”. Abramovay (1992) discute profundamente esse problema, recorrendo ao economista Frank Ellis (1988, *apud* Abramovay, 1992) para o que ele considera uma contribuição decisiva a respeito do tema. Para além das características internas à unidade de produção (equilíbrio de produção e consumo em torno da família), Ellis identifica dois elementos básicos de definição do campesinato: “a integração parcial aos mercados e o caráter incompleto desses mercados” (Abramovay, 1992:103). A racionalidade camponesa é explicada pela forma específica de vinculação aos mercados, que, concretamente, aparece na forma de vínculos personalizados, preços estabelecidos por condições locais e a quase inexistência de alternativas de compra e venda.

A *integração parcial a mercados imperfeitos* (Abramovay, 1992) explica porque, nas sociedades capitalistas, torna-se extremamente precária a possibilidade da sobrevivência camponesa, uma vez que aí o mercado se impõe sobre outros códigos de orientação da vida social. Abramovay (1992) cita cinco aspectos de mercado destacados por Ellis, que podem ser exemplificados, inclusive, por estudos de caso brasileiros desenvolvidos por aquele autor, que mostram diferenças da agricultura moderna em relação ao modelo camponês: (1) “O crédito é abundantemente disponível por parte de mercados financeiros desenvolvidos (bancos, agências de crédito etc.) em um mercado competitivo de taxas de juros” (Ellis, 1988:11, *apud* Abramovay, 1992:119) e respondendo a critérios nacionais; (2) Os diversos insumos são disponibilizados por vendedores competitivos, em quantidade suficiente para atender a todos os produtores. Abramovay (1992) alerta para o fato de que, ainda que esses produtos sejam disponibilizados por setores oligopolizados da produção de fertilizantes, pesticidas etc., a competitividade existe em sua comercialização; (3) A rapidez das informações permite que as cotações das principais *commodities* sejam divulgadas nos grandes meios de comunicação, o que permite a venda antecipada do produto pelo

agricultor, de forma diferente da chamada “venda na palha”; (4) A regulação sobre o uso e a comercialização da terra, especialmente nos países de capitalismo avançado, é feita com base em critérios de âmbito nacional, não se prendendo à comunidade local e; (5) A quebra do isolamento das comunidades e a ampliação das redes de comunicação em escala nacional e, mesmo internacional, dificultam a atuação de comerciantes e usuários locais, com poder de monopólio, favorecendo o mercado mais amplo.

À vista dessas características distintivas da agricultura moderna, Ellis (1988:12, *apud* Abramovay, 1992:126) fornece uma definição de camponês de grande utilidade teórica, tendo em vista a necessidade de separá-la conceitualmente, por um lado, da definição dos capitalistas agrários (agropecuária patronal) e dos assalariados agrícolas e, por outro lado, dos produtores familiares que já estão integrados em mercados desenvolvidos:

*“Camponeses são unidades domésticas [peasants are farm households] com acesso a seus meios de vida na terra, utilizando principalmente trabalho familiar na produção agropecuária, sempre localizadas num sistema econômico global, mas fundamentalmente caracterizadas pelo seu engajamento parcial em mercados que tendem a funcionar com alto grau de imperfeição”.*

Abramovay (1992) fornece exemplos de estudos brasileiros para ilustrar essa abordagem teórica: a integração a mercados desenvolvidos seria parcial no caso dos produtores de pimenta do Baixo Tocantins, no Pará, ainda sujeitos aos vínculos pessoais de patronagem. Na maior parte do país, pelo contrário, observa-se uma integração desenvolvida a estruturas nacionais (e até internacionais) de mercado, a qual é responsável, para além da transformação da base técnica da produção, pela mudança nos círculos sociais de que participa o agricultor. Essa transformação constitui o que Abramovay (1992) chama de metamorfose para uma nova categoria social: os agricultores profissionais. O que fora um modo de vida passa a ser uma profissão, uma forma de trabalho profissional. As determinações locais dos códigos de conduta cedem espaço para as relações impessoais do mercado, como ocorre para outros tipos de produtores na sociedade capitalista.

Diante desta abordagem teórica da distinção entre o camponês e o produtor familiar moderno, fica mais fácil compreender a posição de Marx

(que inspirou o debate clássico sobre a questão agrária) a respeito da impossibilidade de coexistência do camponês com o sistema produtivo capitalista. De fato, como foi demonstrado por Ellis (*apud* Abramovay, 1992), o meio social do camponês caracteriza-se pela vinculação imperfeita com o mercado, o que é frontalmente contrário às tendências de ampliação do próprio mercado nas sociedades capitalistas. Nessa perspectiva, Abramovay (1992) sustenta que os vínculos de mercado e as instituições nacionais minam as bases sociais da existência camponesa. Este é o caso, diz o autor, de um estudo sobre o sudoeste do Paraná, que mostra a perda das condições de reprodução social camponesa, a partir da chegada à região, nos anos de 1960, do crédito institucionalizado, dos fornecedores de máquinas e de insumos e do sistema de cooperativas (integrando o agricultor aos mercados).

Max Weber se debruçou sobre esta questão, chegando a conclusões similares. Para ele, havia uma diferença flagrante entre o camponês europeu e o agricultor norte americano, que mostrava que enquanto na Europa as tomadas de decisão ligavam-se fortemente a códigos comunitários e a vínculos tradicionais, nos Estados Unidos o individualismo econômico era a regra (Abramovay, 1992). Segundo Weber,

*“na América, o agricultor produz para o mercado. O mercado é mais antigo do que ele na América (...) na Europa, o mercado é mais novo do que o produtor” (Weber, 1906, p. 415, apud Abramovay, 1992).*

A grande questão, aqui, que não mereceu a atenção do debate clássico, é que a incompatibilidade da existência camponesa com a instituição moderna do mercado não é equivalente à inviabilidade da unidade familiar rural no sistema produtivo capitalista. O agricultor de base familiar opera dentro desse sistema em moldes totalmente distintos do que pode ser considerado como uma “economia camponesa” ou “pequena produção”. Como categoria social dentro da produção agropecuária (ou dentro da economia rural), o moderno agricultor familiar tem um distintivo conceitual próprio, que permite sua incorporação e análise enquanto um dos estratos da estrutura social rural.

Esse agricultor familiar moderno desenvolveu-se plenamente nos países de capitalismo avançado, sobre uma base de inovação técnica que lhe permitiu atender aos estímulos de mercado. Como foi mostrado por

Abramovay (1992), a presença desse segmento social encontra-se largamente nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e nos países da Europa continental, além de países como Austrália, Nova Zelândia, Canadá e Japão. Também em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a participação da agropecuária de base familiar é inegável, fato reconhecido pelas próprias políticas públicas voltadas para esse segmento.

Em uma linha de abordagem semelhante, Sorj (1980) critica a afirmação de que “a reduzida presença de relações de produção capitalistas na agricultura expressaria os baixos níveis de penetração de capital nesse setor” (Silva, 1978, *apud* Sorj, 1980:145). Para Sorj, essa afirmativa pressupõe que a maior capitalização agrícola significa uma afirmação das relações de produção capitalistas. Isso contrasta com o fato empírico de que em países como os Estados Unidos, onde a composição orgânica do capital na agricultura é mais alta do que na indústria, ainda há o predomínio da produção familiar. Aparentemente identificando a produção familiar com “pequenos e médios produtores”, esse autor conclui que a abordagem teórica acima, por ele criticada, perde de vista o que tem sido central no processo de formação da estrutura de classes na agricultura brasileira: “a afirmação de um setor de pequenos e médios produtores altamente capitalizados” (Sorj, 1980:145). A riqueza dessa perspectiva teórica pode ser ampliada se considerarmos que:

*“O peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante.” (Abramovay, 1992:209).*

O autor cita o exemplo dos Estados Unidos, onde o autoemprego e a atividade familiar não remunerada caíram de 50,5% para 16,9%, entre 1900 e 1960, como parte do emprego total, enquanto que na agricultura essa proporção caiu de 78,5% para 67,4% (Friedmann, 1978:73, *apud* Abramovay, 1992:209).

O reconhecimento conceitual do estrato de produtores familiares evita que se considere esse segmento como *trabalhadores a serviço do capital*, no caso de sua integração a agroindústrias. Essa é uma discussão que apareceu na literatura pertinente, em torno da discussão sobre relações de

produção na agricultura e as transformações na estrutura de classes nesse setor. A ideia de que o agricultor é explorado pela agroindústria, a qual se apropria de parte da renda gerada na atividade agrícola, foi recorrente em trabalhos desenvolvidos nos anos 1970, dentro da linha teórica das “relações de produção” do capitalismo agrário, como parte das tentativas de identificar os setores aí envolvidos. Abramovay (1992) contesta a visão do agricultor familiar como sendo, antes de tudo, um “produtor de excedente para a agroindústria” (Abramovay, 1992:220), que ele próprio adotara em trabalho anterior, afirmando que a participação do Estado e as políticas agrícolas levadas a cabo nos países de capitalismo avançado propiciaram, na verdade, uma transferência interssetorial de renda, em que o beneficiário é o conjunto do sistema econômico e não apenas os setores que compram produtos agrícolas ou vendem insumos e máquinas. Tendo como base a pulverização econômica do setor agrícola, o Estado exerce um poder decisivo sobre os preços das safras, de modo que os ganhos obtidos através do progresso tecnológico possam ser repassados para os outros setores, permitindo o rebaixamento dos preços dos alimentos e, portanto, do custo de reprodução da força de trabalho. É bem verdade que o custo dessa política é extremamente elevado, o que se evidencia nas crises envolvendo agricultores desses países e que se relaciona com a superprodução de produtos agrícolas e com proposições de mudanças no próprio sistema. A agricultura não tem ficado de fora das propostas de reforma econômica que emergiram nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, como atestam as discussões no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Entretanto, o embate em torno das questões agropecuárias mostra que o modelo desenvolvido tem permanecido relativamente imune a mudanças mais profundas.

No trabalho de Goodman, Sorj e Wilkinson (1987), encontra-se um exaustivo estudo sobre as possibilidades de transformação da base da produção agrícola, com efeitos sobre sua estrutura social. Os autores afirmam, em sintonia com outros estudiosos do tema, como Abramovay (1992) e Sorj (1980), a importância da natureza na definição de um padrão produtivo peculiar à agricultura. A chave para a compreensão do caráter único da agricultura, dizem Goodman, Sorj e Wilkinson (1987), não está na sua estrutura social (o que contradiz o esforço do debate clássico em incorporar

em seu modelo de classes as estruturas sociais agrícolas modernas), nem na perspectiva da dotação ou substituição dos fatores em um contexto de inovação técnica (defendida pelas abordagens neoclássicas). Um terceiro elemento entra em cena na produção agrícola: a questão dos processos naturais imprescindíveis à transformação biológica da energia solar em alimento, que imprimem um tempo de maturação das plantas e do crescimento dos animais e que exigem um espaço baseado na terra. É a dependência de processos naturais que antepõe um limite para a organização da produção agrícola em moldes industriais, dizem os autores. Para eles, as modernas biotecnologias introduzem um elemento novo nessa questão, que aponta para aplicações práticas que, no final, restringem a importância da natureza. Em suas próprias palavras, “Em seu limite, portanto, a aplicação combinada das biotecnologias e da automação fornece uma solução industrial integrada para a produção agrícola” (Goodman, Sorj e Wilkinson, 1987:108). Os autores são, no entanto, cautelosos, quando afirmam que os processos de trabalho capitalistas são possíveis na medida em que as restrições da natureza (tempo e espaço) tenham sido drasticamente reduzidas (como é o caso da produção de aves de granja), não sendo simplesmente o resultado de uma integração da agricultura nos outros mercados.

Na mesma linha de análise, Abramovay (1992) sustenta que, devido aos elementos naturais que enfrenta, a agricultura se vê confrontada com obstáculos insuperáveis no processo de divisão do trabalho, o que a diferencia, em essência, do setor industrial. Para esse autor, não se pode subestimar a capacidade que as biotecnologias oferecem para uma transformação na produção da agropecuária, no sentido da industrialização de certos produtos alimentícios. Entretanto, diz ele, o cenário real da agricultura ainda está distante de uma possível mudança para uma atividade de natureza totalmente industrial.

Tanto Abramovay (1992), quanto Goodman, Sorj e Wilkinson (1987) afirmam a continuidade da importância do agricultor de base familiar nesse cenário, mesmo que passando por algumas modificações. A principal delas é a aceitação do fenômeno do trabalho agrícola em tempo parcial. De acordo com Goodman, Sorj e Wilkinson (1987), tendo sido considerada, nos anos 1950 e 1960, como uma atividade que antecedia o processo de proletarização,

devido à sua marginalização, a agricultura de tempo parcial passou a ser vista, posteriormente, como uma estratégia básica da reprodução das unidades familiares. Segundo os autores, a pesquisa mostrou que o trabalho fora do estabelecimento agrícola, na verdade, reduz a vulnerabilidade da unidade de produção familiar e amplia suas chances de sobrevivência. Goodman, Sorj e Wilkinson (1987) afirmam que existe hoje uma ampla aceitação da agricultura de tempo parcial como uma “instituição permanente” (Goodman, Sorj e Wilkinson, 1987:155) e como um elemento relevante das estruturas sociais rurais das sociedades industriais avançadas. Sachs (2004) sustenta que a pluriatividade, possível com a agricultura de tempo parcial permite a ampliação do emprego, tanto na produção agrícola propriamente, quanto no conjunto de empregos que podem ser gerados no campo, originando um conjunto ampliado de empregos rurais. Dessa forma, segundo esse autor, o agricultor familiar pode sustentar-se sobre uma base de empregos alternativos.

A importância da agricultura familiar, porém, não significa a irrelevância do estrato de assalariados na atividade agrícola. Pelo contrário, esse é o segmento de força de trabalho que opera as unidades produtivas ultrafamiliares, ou da agropecuária patronal, além de fornecer a mão de obra utilizada de forma acessória pela produção familiar. Os dados empíricos mostrados pelos autores que tratam desse tema indicam a tendência declinante da população rural e da força de trabalho agropecuária. O próprio impacto da inovação técnica no setor agropecuário faz com que muitas unidades produtivas se tornem não competitivas, gerando uma saída de populações sob a forma do êxodo rural ou provocando a concentração agrária. De acordo com Abramovay (1992), a redução da necessidade de força de trabalho na agropecuária dos Estados Unidos teve reflexos homogêneos sobre os assalariados e os produtores familiares, até a década de 1960. Os dados fornecidos até 1967, segundo o autor, mostravam que as famílias forneciam três quartos do trabalho global na agropecuária. A partir daí, porém, os dados mudam. Enquanto até meados da década de 1960 os assalariados compunham um quarto dos trabalhadores rurais, as estatísticas agrícolas de 1988 revelam que esse percentual se eleva para um terço: de um total de 2,8 milhões de trabalhadores rurais, 997 mil eram assalariados (USDA, 1988, *apud* Abramovay, 1992:148). Não há dúvida, diz o autor, de que o assalariamento aumenta



como proporção do trabalho total e que está concentrado, crescentemente, nos maiores estabelecimentos.

Falamos anteriormente que a questão da proletarização na agropecuária se encontra no centro da discussão sobre os três últimos estratos sociais identificados: o estrato dos *produtores familiares*, como foi mostrado, passou por mudanças e permaneceu como um segmento relevante dentro do cenário da agropecuária contemporânea. Os dois últimos estratos, que compõem os *trabalhadores assalariados*, também sofreram transformações: em primeiro lugar, houve um incremento na força de trabalho assalariada em alguns setores agropecuários, como é o caso da cana-de-açúcar no Brasil (Neves, 2005). Para Sorj (1980), entretanto, esta não é a principal transformação ocorrida na agricultura brasileira (o crescimento absoluto do número de assalariados). O fenômeno mais importante que o autor identifica nas últimas décadas é a substituição do antigo assalariado permanente pelo assalariado temporário, que já não mora mais no estabelecimento agrícola. Segundo Neves (2005), a maior parte da literatura que trata do processo de proletarização na agricultura brasileira se focou na mudança de um padrão com forte contingente de trabalhadores permanentes, para outro em que os trabalhadores sazonais ou diaristas adquirem importância crescente. Sorj (1980) qualifica esse processo como sendo de “purificação” das relações de produção capitalista, em razão da eliminação de formas de remuneração em espécie (obtidas, quase sempre, através de relações de parceria, como notado por Neves, 2005).

Mas, como alertam Goodman, Sorj e Wilkinson (1987), esses aspectos da agropecuária contemporânea não indicam uma polarização social no setor. Em suas próprias palavras, não há uma correlação clara entre a concentração e a emergência de trabalho assalariado em larga escala. Da mesma forma, Abramovay (1992) avalia que o desenvolvimento dos estabelecimentos patronais não se dá, fundamentalmente, em função de uma maior competitividade, mas do poder de seus proprietários em expandir o empreendimento para além da capacidade da família de desempenhar o trabalho necessário (Brewster, 1969:8, *apud* Abramovay, 1992:239). O desenvolvimento tecnológico pode alterar esse cenário, mas

apenas sob pena de perda de importância da agropecuária enquanto processo específico de produção.

### ***3. Estratégia de Pesquisa***

Com o objetivo de verificar se a posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar foi de alguma forma afetada pela criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o presente capítulo utiliza em sua análise os dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) e dos Censos demográficos, referentes aos anos de 1976 a 2005.

A PNAD é uma pesquisa amostral realizada nos domicílios pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que investiga diversas características da sociedade, incluindo questões demográficas, socioeconômicas e diversos temas incluídos com periodicidade variável, como migração, fecundidade, nupcialidade, entre outros (IBGE). A pesquisa é feita anualmente (exceto em anos de Censo Demográfico) em todas as regiões do país, incluindo as áreas rurais.

O Censo Demográfico é uma pesquisa realizada pelo IBGE a cada dez anos. Ele possibilita o recolhimento de várias informações demográficas e socioeconômicas da população brasileira. Microdados destes recenseamentos estão disponíveis a partir de questionários em formato longo administrados com amostras de 25 por cento em 1960, 1970 e 1980. Em 1991 e 2000, os tamanhos das amostras dependem do tamanho do município, com amostras de 10 por cento sendo usadas em municípios com mais de 15.000 habitantes, e as amostras de 20 por cento sendo usadas em municípios menores. Em todos os casos, há registros de cada indivíduo nas famílias amostradas que contêm informações sobre idade, sexo, estado civil, nível educacional, matrícula escolar, e, se empregado, ocupação e rendimentos. Há também questões sobre a migração, incluindo o estado de nascimento, residência anterior e residência cinco anos antes do censo.

Atualmente, no Brasil, além da produção das PNADs, o IBGE também é o órgão responsável pela realização dos Censos. O IBGE é uma instituição da administração pública federal, subordinado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que tem quatro diretorias e duas entidades centrais.

Segundo o IBGE, para que suas atividades possam cobrir todo o território nacional, a instituição tem uma rede de pesquisa composta por: 27 unidades estaduais (26 nas capitais dos estados e uma no Distrito Federal); 27 setores de documentação e disseminação de informações (26 nas capitais e uma no Distrito Federal); e 533 agências de coleta de dados nos principais municípios. O IBGE mantém, ainda, a Reserva Ecológica do Roncador, situada a 35 quilômetros ao sul de Brasília.

As informações obtidas mediante os microdados do Censo são essenciais para a tomada de decisão, definição de políticas públicas, entre outros aspectos governamentais. O Censo é a única fonte de referência sobre a situação de vida da população nos municípios e em seus recortes internos. A coleta do Censo é realizada por meio de entrevista presencial, aplicando-se o questionário às pessoas residentes no território nacional.

Neste estudo, a análise dos dados é feita a partir de estimações de funções de Regressão de Mínimos Quadrados Ordinários, que permitem testar quebras estruturais que poderiam indicar mudanças na tendência referente à posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar. Os dados utilizados são originários dos Censos Demográficos e Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), dos anos de 1976 a 2005. Além disso, o intuito era verificar se a tendência de queda na posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar sofre alguma mudança (ou quebra estrutural) a partir da criação do Pronaf, em 1996. Para tanto, se buscou analisar a quebra estrutural a partir de uma metodologia derivada do chamado Teste de Chow (1960). Esse teste implica em realizar uma análise de regressão de uma variável dependente qualquer sobre uma variável de tendência temporal e uma variável indicadora do período a partir do qual pode ter ocorrido a quebra estrutural. No presente caso, definiu-se o ano de 1996 como a referência para a análise de quebra estrutural.

## 4. Resultados

### 4.1. A posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar: o impacto do Pronaf

Neves (2005) mostrou que o pequeno produtor familiar (aquele que tem como sua ocupação principal o trabalho autônomo na agropecuária, no qual nem é empregado nem também é empregador) sofreu uma perda relativa de rendimento entre os anos 1970 e 1980. Todavia, é após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que várias políticas sociais começam a ser implementadas no Brasil e algumas delas atingiram o pequeno produtor familiar. Em particular, vale destacar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que foi criado a partir de junho de 1996. O principal objetivo desta seção do trabalho será observar se o Pronaf obteve impacto sobre a posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar. Para tanto, foi feito um levantamento do percentil referente à mediana do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar na distribuição do rendimento do trabalho de toda a População Economicamente Ativa (PEA) da agropecuária brasileira de 1976 a 2005. Foram utilizados, para tanto, todas as PNADs e os Censos Demográficos do Período<sup>3</sup>. O Gráfico 1 mostra a série temporal dos referidos percentis.

Pode-se depreender, a partir da observação do Gráfico 1, que, pelo menos visualmente, há uma clara tendência de queda da posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar. Decidiu-se analisar se a tendência de queda observada sofre alguma mudança (ou quebra estrutural) a partir da criação do Pronaf, em 1996. Para tanto, buscou-se analisar a quebra estrutural a partir de uma metodologia derivada do chamado Teste de Chow (Chow, 1960). Esse teste implica em realizar uma análise de regressão de uma variável dependente qualquer (no presente caso, o referido percentil) sobre uma variável de tendência temporal e uma variável indicadora do período a partir do qual pode ter ocorrido a quebra estrutural.

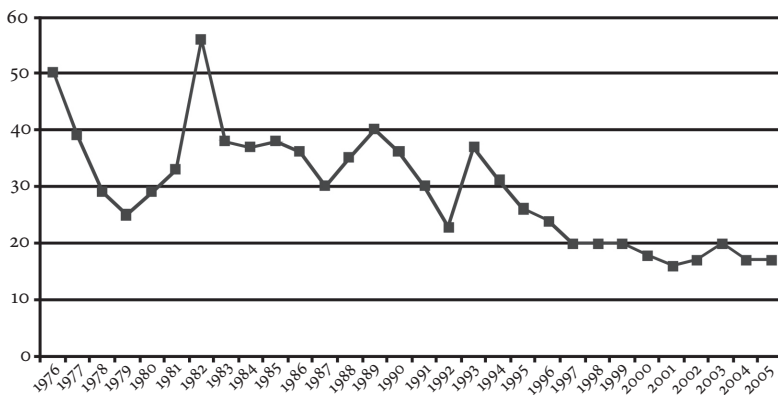
---

3. Com exceção do ano de 1994, quando não houve PNAD. Para esse ano, foi utilizada a média do ano anterior e a média do ano posterior.

No presente caso, definiu-se o ano de 1996 como a referência para a análise de quebra estrutural. Foram feitas, então, duas análises de regressão de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) diferentes: a) na primeira, é feita uma única estimação para os 30 pontos no tempo, tendo como variáveis independentes a variável de tendência temporal e a variável indicadora dos períodos anterior e posterior à criação do Pronaf; b) na segunda, foram estimadas funções de regressão diferentes para os dois períodos, tendo apenas a variável de tendência temporal como variável independente. Os resultados das estimações são apresentados na Tabela 1.

**Figura 1**

Percentil da mediana da renda do pequeno produtor familiar, Brasil, 1976–2005



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1976 a 2005.

Os resultados da Tabela 1 indicam que a tendência de queda da posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar se acentuou após a criação do Pronaf. Os resultados do Modelo 1 indicam que, após 1996 houve, de fato, uma quebra estrutural quanto ao coeficiente linear, visto que a variável referente ao período posterior à ocorrência do Pronaf apresenta um coeficiente negativo e estatisticamente significativo, indicando que, a partir de 1996, a posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar sofreu uma queda de patamar. Da mesma forma, as estimações dos

Modelos 2a e 2b indicam que também houve quebra estrutural em termos de coeficiente angular, uma vez que, só a partir de 1996, a variável de tendência passou a apresentar um efeito negativo estatisticamente significativo.

**Tabela 1**

Resultados das Estimções de Modelos de Regressão de Mínimos Quadrados Ordinários, Brasil

Variável	Modelo 1	Modelo 2a	Modelo 2b
Constante	39,852***	39,716***	33,582***
Tendência Temporal	-0,472** (p = 0,052)	-0,459 (p = 0,141)	-0,576 (p = 0,016)
Ocorrência do Pronaf	-8,926** (p = 0,046)		
Número de observações	30	20	10
R <sup>2</sup>	0,633	0,116	0,537
R <sup>2</sup> ajustado	0,606	0,067	0,479

Nota: \*\*\*Significativo ao nível de confiança de 99%; \*\*Significativo ao nível de confiança de 95%; \* Significativo ao nível de confiança de 90%.

Fonte: Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) e Censos Demográficos.

Observação: O Modelo 2a se refere ao período anterior ao Pronaf e o Modelo 2b se refere ao período posterior ao Pronaf.

## 5. Considerações finais

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado em 1995 pelo governo federal com a finalidade de promover desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído por agricultores familiares. O programa destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. O Programa é operado com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), repassados aos estados, Distrito Federal, municípios e entidades privadas de acordo com as etapas do empreendimento executadas e comprovadas.

A partir dos resultados apresentados neste estudo, conclui-se que, curiosamente, a queda da posição relativa do rendimento do trabalho do pequeno produtor familiar se intensificou após o Pronaf. Isso indicaria um impacto negativo do programa. Talvez isso se explique pelo fato de que foram analisados aqui apenas os produtores familiares que não empregam trabalho remunerado e, portanto, tendem a ser os mais pobres<sup>4</sup>. Nas novas etapas de nossa pesquisa (que irá incluir até mesmo a realização de um *survey* próprio), poderemos identificar se grupos específicos sofreram impactos positivos do Pronaf.

### *Referências bibliográficas*

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Editora São Paulo: Hucitec/Anpocs; Campinas: Unicamp, 1992.
- APPELBAUM, Eileen; & BATT, Rosemary. *The new American workplace: transforming work systems in the United States*. Ithaca-NY: Cornell University Press, 1994.
- CAPPELLI, Peter; BASSI, Laurie; KATZ, Harry; KNOKE, David; OSTERMAN, Paul; & USEEM, Michael. *Change at work*. Nova York: Oxford University Press, 1997.
- CHOW, Gregory. Tests of Equality Between Sets of Coefficients in Two Linear Regressions. *Econometrica*, v. 28, n. 3, p. 591-605. 1960.
- COLLINS, Jane. *Gender, contracts and wage work: agricultural restructuring in Brazil's São Francisco Valley*. *Development and Change*, v. 24, p. 53-82. 1993.
- COSTA RIBEIRO, Carlos Antônio. Estrutura de classes, condições de vida e oportunidades de mobilidade social no Brasil. In: Carlos Hasenbalg & Nelson do Valle Silva (Orgs.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p. 381-430.
- DIMAGGIO, Paul; & POWELL, Walter. *The Iron Cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields*. *American Sociological Review*, v. 48, p. 147-160. 1983.

---

4. Ferreira, Silveira e Garcia (2001) mostram evidências de que esse foi o grupo que de fato se beneficiou menos do Pronaf.

- FERNANDES, Danielle Cireno; NEVES, Jorge Alexandre; & HELAL, Diogo Henrique. *Autoridade e capital humano em organizações centradas no conhecimento: o caso do setor elétrico em Pernambuco*. Organizações & Sociedade, v. 14, n. 40, p. 121-136. 2007.
- FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Fernando; & GARCIA, Ronaldo Coutinho. *A agricultura familiar e o Pronaf: contexto e perspectiva*. In: José Garcia Gasques; & Júnia Cristina da Conceição (Orgs.). *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, p. 479-539. 2001.
- GEE, James Paul; HULL, Glynda; & LANKSHEAR, Colin. *The new work order: behind the language of the new capitalism*. Boulder-Colorado: Westview Press, 1996.
- GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; & WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias*. Rio de Janeiro: Campus Ltda, 1987.
- GORDON, David. *Fat and mean: the corporate squeeze of working Americans and the myth of managerial "Downsizing"*. Nova York: Basic Books. 1996.
- MINCER, Jacob. *Schooling, Experience, and Earnings*. Nova York: NBER/Columbia University Press, 1974.
- NEVES, Jorge Alexandre. *Labor force classes and the earnings determination of the farm population in Brazil: 1973, 1982, and 1988*. Research in Social Stratification and Mobility, v. 22, p. 423-475. 2005.
- NEVES, Jorge Alexandre; & FERNANDES, Danielle Cireno. *Estrutura ocupacional, autoridade gerencial e determinação de salários em organizações fordistas: o caso da indústria de transformações no Brasil*. RAC - Revista de Administração Contemporânea, v. 6, p. 127-140. 2002.
- PASTORE, José. *Inequality and social mobility: ten years later*. In: Edmar Bacha & Herbert Klein (Orgs.). *Social change in Brazil, 1945-1985: the incomplete transition*. Albuquerque: University of New Mexico Press. 1989.
- PASTORE, José; & SILVA, Nelson do Valle. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000.
- PERROW, Charles. *Complex organizations: a critical essay*. Glenview: Scott, Foresman and Company, 1979.
- REID, Lesley; & RUBIN, Beth. *Integrating Economic Dualism and Labor Market Segmentation: The Effects of Race, Gender, and Structural Location on Earnings, 1974-2000*. The Sociological Quarterly, v. 44, p. 405-432. 2003.



- SACHS, Ignacy. *Alimentação, Agricultura Sustentável e a Importância da Pesquisa para o Brasil*. Ciclo de Palestras. Embrapa 30 anos. Brasília: Embrapa, 2003.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. *Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002.
- SILVA, José Graziano da. *A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste*. Campinas: UNICAMP: PRONI, 1988.
- SMITH, Vicki. New Forms of work organization. *Annual Review of Sociology*, v. 23, p. 315-339. 2000.
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Flexibilização organizacional: mito ou realidade?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- THIESENHUSEN, William; & MELMED-SANJAK, Jolyne. *Brazil's agrarian structure: changes from 1970 through 1980*. *World Development*, v. 18, p. 393-415. 1990.
- TIGGES, Leann. *Age, earnings and change within the dual economy*. *Social Forces*, v. 66, p. 676-698. 1988.
- TREIMAN, Donald. *Industrialization and social stratification*. In: Edward Laumann (Org). *Social stratification: research and theory for the 1970s*. Indianapolis: Bobbs Merrill, 1970.
- VALLAS, Steven; & BECK, John. *The transformation of work revisited: the limits of flexibility in American manufacturing*. *Social Problems*, v. 43, p. 339-361. 1996.
- WELLS, Mirian. *The resurgence of sharecropping: historical anomaly or political strategy*. *American Journal of Sociology*, v. 90, p. 1-29. 1984.
- WRIGHT, Erik Olin. *Class Structure and Income Determination*. Londres: Academic Press, 1979.
- WRIGHT, Erik Olin. *Classes*. Londres: Verso, 1985.
- WRIGHT, Erik Olin; & PERRONE, Lucca. *Marxist Class Categories and Income Inequality*. *American Sociological Review*, v. 42, p. 32-55. 1977.

## *Sobre os organizadores e autores*

*Ernesto Friedrich de Lima Amaral* (eflamaral@gmail.com)

Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) de 2009 a 2014. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG) (1999), mestrado em Demografia pela UFMG (2002), doutorado em Sociologia pela University of Texas at Austin (2007) e pós-doutorado em Demografia pela UFMG (2008). Trabalhou na Fundação João Pinheiro do Governo de Minas Gerais na avaliação de políticas públicas (2008-2009). Seus interesses de pesquisa incluem demografia social, sociologia econômica, avaliação de políticas públicas e metodologia quantitativa.

*Guilherme Quaresma Gonçalves* (gui.quaresma89@gmail.com)

Mestrando em Ciência Política no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisador do Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais (CPEQS) desde 2013. Possui graduação em Gestão Pública (2012) pela UFMG. Trabalhou no Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais – Herkenhoff & Prates Consultoria (2012). Seus interesses de pesquisa incluem avaliação de políticas públicas, demografia social e cultura política.

*Samantha Haussmann Rodarte Faustino* (samantha.haussmann@hotmail.com)

Graduada em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (janeiro/2014). Bolsista de Apoio Técnico à Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Trabalhou com avaliação e monitoramento de políticas públicas no Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais – Herkenhoff & Prates Consultoria (2013). Foi assistente administrativo da Prefeitura de Belo Horizonte (2011-2013). Seus interesses incluem demografia social, educação, avaliação e monitoramento de políticas públicas, políticas de transferência condicionada de renda, em especial o Programa Bolsa Família.

*Alan Vítor Coelho Neves* (alanvcn@yahoo.com.br)

Mestrando em Demografia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais pela UFMG (2011). Trabalhou como professor de Sociologia no Ensino Médio na rede pública estadual de Minas Gerais (2012) e como sociólogo na Gerência de Coordenação Municipal de Programas de Transferência de Renda da Secretaria Municipal de Políticas Sociais da Prefeitura de Belo Horizonte em avaliação de políticas públicas (2012-2013). Seus interesses de pesquisa incluem demografia, educação, estudos sobre inclusão social e avaliação de políticas públicas.

*André Braz Golgher* (agolgher@cedeplar.ufmg.br)

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Física pela UFMG, especialização em Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestrado em Química Orgânica pela UFMG, doutorado em Demografia pela UFMG e pós-doutorado em Economia/Econometria Espacial pela West Virginia University e University of North Carolina at Chapel Hill. Seus interesses de pesquisa incluem econometria espacial, pobreza multidimensional, economia da educação, economia da felicidade e métodos quantitativos em economia.

*Bárbara Avelar Gontijo* (barbaraavgo@gmail.com)

Mestranda em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais pela UFMG (2011). Seus interesses de pesquisa incluem demografia formal, demografia social e avaliação de políticas públicas.

*Dandara Bispo Pimenta* (dandarapimenta@hotmail.com)

Assistente em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desde 2013. Possui graduação em Gestão Pública pela UFMG (2013). Trabalhou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Censo Demográfico de 2010 como Supervisora de Agente Censitário. Fez estágio

no Centro de Apoio à Educação a Distância (2011-2013). Seus interesses de pesquisa incluem o programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em seus aspectos avaliativos e evolutivos.

*Daniete Fernandes Rocha* (daniel@terra.com.br)

Professora da Faculdade de Estudos Administrativos (FEAD) em Belo Horizonte. Possui graduação em Ciências Econômicas (1982), mestrado em Sociologia (1995) e doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política (2010) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi membro do Laboratório de Pesquisa em Sociologia do Trabalho do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG. É membro de grupo de pesquisa na área de Segurança Alimentar e Nutricional (UENF). Seus interesses de pesquisa incluem: sociologia e economia, com ênfase em mercado de trabalho rural, estratificação/desigualdade social, políticas públicas, gestão/gestão pública.

*Fábio César Araújo Costa* (fabiogp31@gmail.com)

Assistente Administrativo na Prefeitura de Belo Horizonte. Graduando em Gestão Pública na Universidade Federal de Minas Gerais desde 2010. Trabalhou no Programa Escola Aberta da Prefeitura de Belo Horizonte (2009-2010), no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Vila Coqueiral (2010), na Gerência Regional de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte (2011). Seus interesses de pesquisa incluem políticas públicas nas áreas da educação, assistência social e de transferência de renda.

*Fabricia de Almeida Costa* (fabriciaacosta@gmail.com)

Supervisora Técnica na Empresa Pólis Pesquisa Ltda. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2012). Seus interesses de pesquisas incluem políticas públicas, metodologias quantitativa e qualitativa aplicadas às ciências sociais e sociologia da educação.

*Florence Fiuza de Carvalho* (florencefiuza@gmail.com)

Empreendedora pública do Governo do Estado de Minas Gerais. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2006) e mestrado em Sociologia pela UFMG (2011). Seus interes-

ses de pesquisa incluem sociologia, com ênfase em desigualdades sociais, estratificação social e mercado de trabalho.

*Gabriel Ávila Casalecchi* (gacasalecchi@yahoo.com.br)

Doutorando em Ciência Política no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) (2010) e mestrado em Ciência Política pela UFMG. Seus interesses de pesquisa incluem comportamento político, cultura política, socialização política e confiança nas instituições.

*Guilherme Andrade Silveira* (guilherme1313@gmail.com)

Graduando em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e estagiário no Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais – Herkenhoff & Prates Consultoria. Seus interesses de pesquisa incluem pós-colonialismo, democracia, multiculturalismo, heteronormatividade e diversidade sexual.

*Iara Lima Vianna* (iaravianna18@hotmail.com)

Mestranda em Ciência Política no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais e Formação Complementar em Estatística pela UFMG (2010) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Administração Pública na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) (2012). Trabalhou como Analista de Pesquisa no Instituto Vetor Pesquisas em Cuiabá (2010- 2012). Seus interesses de pesquisa incluem metodologia de pesquisa, políticas públicas, democracia digital e governo eletrônico.

*Isabella Rafael Horta Londe* (bellarhlonde@gmail.com)

Graduanda em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Desde 2011, é estagiária da equipe da Auditoria Setorial da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais. Seus interesses de pesquisa incluem teorias democráticas e desenvolvimento econômico, avaliação de políticas públicas e gestão de tecnologias da informação no setor público.

*Jorge Alexandre Barbosa Neves* (jorgeaneves@gmail.com)

Professor Associado do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais (1988) e mestrado em Sociologia (1991) pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutorado em Sociologia pela University of Wisconsin-Madison (1997). Realizou pós-doutorado no Instituto de Pesquisas Sociais (INPSO) da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) (1997). Seus interesses de pesquisa incluem sociologia, economia, análise organizacional, gestão pública, estudos populacionais e métodos quantitativos, com ênfase em mercado de trabalho, desigualdades sociais, processos organizacionais e políticas públicas.

*Magna Maria Inácio* (magna.inacio@gmail.com)

Professora Associada do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) (1990), especialização em Ciência Política, Análise Política, Teoria e Método pela UFMG (1994), doutorado em Ciência Política pela UFMG (2006) e pós-doutorado pela University of Oxford (2012). Seus interesses de pesquisa incluem democracia, poder legislativo, relação executivo-legislativo, governos de coalizão e presidência, com foco no Brasil e em perspectiva comparada.

*Mario Fuks* (mariofuks@uol.com.br)

Professor Associado do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (1983), mestrado em Política de Ciência e Tecnologia pela UFRJ (1990) e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) (1997). Seus interesses de pesquisa incluem ciência política, com ênfase em estudos do poder local, conselhos, meio ambiente, participação política, cultura política e legislativo.

*Natália Almeida Fares Menhem* (natalia.sukita@gmail.com)

Proprietária da empresa Sustenta Projetos Socioeconômicos desde 2012, organizadora do TEDx BeloHorizonte e embaixadora do TEDx no Brasil.

Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalhou na Limiar Engenharia Ambiental. Seus interesses de pesquisa incluem mobilização e inovação social, principalmente por meio de empreendedorismo de impacto.

*Pedro Cisalpino Pinheiro* (pedrocisalpino@gmail.com)

Especialista em políticas e gestão de saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais desde 2007 e graduando em Gestão Pública na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (2005). Seus interesses de pesquisa incluem saúde pública, demografia, saúde e avaliação de políticas públicas.


FINO TRAÇO



EDITORIA

PRODUÇÃO EDITORIAL: Lilian Lopes  
CAPA E DIAGRAMAÇÃO: Aline Vasconcelos  
REVISÃO DE TEXTOS: Pedro Furtado  
REVISÃO DE PROVAS: Cláudia Rajão






A busca pelos resultados das políticas públicas é uma questão vital para o exercício da gestão, por ser ao mesmo tempo a demonstração do acerto ou não de uma determinada decisão e uma prestação de contas do uso dos recursos públicos. Por isso, a existência de práticas de avaliação rotineiras é condição necessária para a prática da boa gestão pública.

Durante os últimos quinze anos, tempo em que tenho me envolvido em avaliação de políticas públicas, seja como avaliador, acadêmico e ultimamente dentro da burocracia federal, tenho acompanhado a evolução do campo de estudos e visto o quanto ele tem se desenvolvido e despertado interesse no Brasil.

O uso de técnicas estatísticas avançadas, que possibilitem maior segurança e qualidade nos resultados das políticas tem se disseminado menos do que o desejado, e se tornado um campo de expertise muito insulado dentro da academia e pouco difundido entre os *practitioners* das políticas públicas.

Além de ser de grande valor para o campo de estudos pelas técnicas que utiliza, o livro também traz várias fontes de dados e níveis de análise para medir os efeitos das políticas.



São usados tanto levantamentos primários quanto secundários, vários deles abertos e de livre uso e manipulação. O uso dessas bases de dados e registros administrativos são uma prática ainda pouco difundida de avaliação de políticas, embora a qualidade e facilidade de seu uso tenha aumentado a frequência de trabalhos que se utilizam desse material.

O que faz do livro uma leitura essencial tanto para acadêmicos quanto para profissionais de governo é a soma dessas características. A iniciativa dos organizadores, ao selecionar trabalhos de alto grau de qualidade técnica, faz de Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas um livro que não pode faltar na formação de quem lida com políticas públicas.

**Flávio Cireno**

Coordenador Geral de Integração e Análise de Informações, Departamento de Condicionalidades, Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O padrão ouro na avaliação de políticas públicas é o experimento aleatório, desenhado antes da implementação de uma dada política, com coleta de dados antes e depois da mesma. Esta metodologia, livre de vieses, apresenta duas deficiências cruciais. Primeiro, possui uma implementação cara. Segundo, sofre de grande resistência por parte dos gestores públicos, que têm dificuldade em aceitar o sorteio de quem será beneficiado por sua política. Quando o método experimental não pode ser aplicado, então os avaliadores devem ser criativos e se contentar com as imperfeições dos vários métodos de natureza quase-experimental. O livro *Aplicações de técnicas avançadas de avaliação de políticas públicas*, organizado por Ernesto Amaral, Guilherme Quaresma e Samantha Hausmann, apresenta vários casos em que esta criatividade é colocada à prova, avaliando diferentes políticas com diversas técnicas de análise observacional (não-experimental). O livro traz um belo elenco de casos e reflete a trajetória de ensino e pesquisa de um excelente acadêmico e seus orientandos.

*Eduardo Luiz Gonçalves Rios-Neto*

Professor Titular do Departamento de Demografia e Pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**CPEQS**

Centro de Pesquisas  
Quantitativas em  
Ciências Sociais

**UFMG**

**CNPq**

Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico



**FAPEMIG**

trabalho <sup>coleção</sup> & desigualdade

ISBN 978-85-8054-215-8



9 788580 542158 >